

**ENUNCIADO, RELAÇÕES DE FORÇA E DE EXISTÊNCIA EM *FAKE NEWS*
SOBRE OS SUJEITOS LGBTQIA+¹****STATEMENT, RELATIONS OF STRENGTH AND EXISTENCE IN *FAKE NEWS*
ABOUT LGBTQIA+ SUBJECTS**

Vinícius Durval Dorne²
Mariano Dagatti³

RESUMO: Neste artigo, nos propomos a analisar enunciados considerados como *fake news* sobre a comunidade (sujeitos) LGBTQIA+. Nosso *corpus* é constituído de cinco enunciados digitais que circularam no início de 2023 e que foram considerados como “falsos” pela Agência Lupa, plataforma brasileira especializada em *fact-checking*. Colocamos em suspenso a noção de “intencionalidade” e o binômio “verdadeiro x falso” - sempre presentes nas análises empreendidas sobre esse fenômeno -, para empreender um gesto analítico que lê tais enunciados como uma função enunciativa e, não obstante, como práticas materiais na sociedade que instauram e sustentam relações de forças. O estudo observou como o “referencial” - sobremaneira, em batimento com demais elementos da função enunciativa - é uma importante ferramenta analítica para o gesto de leitura das *fake news*, ao considerar como os enunciados constroem os objetos de que falam, a partir de leis e regimes de dizibilidade de um momento histórico. Os enunciados analisados constroem um referencial próprio - alijado de um aporte na realidade -, que, a princípio, se valeriam do funcionamento próprio do discurso jornalístico. Todavia, quando articulados em um campo associado e (re)significados a partir de uma racionalidade própria de poder, sustentam uma posição sujeito outra, como a de julgador e crítico que condena determinadas existências, presentes como resistência nessa batalha discursiva; portanto, concreta, histórica e política.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. *Fake news*. Poder. LGBTQIA+.

ABSTRACT: In this article, we propose to analyze statements considered as *fake news* about the LGBTQIA+ (subjects) community. Our corpus is composed of five digital statements that circulated in early 2023 and that were considered as “fake” by Agência Lupa, a Brazilian platform specialized in fact-checking. We disregarded the notion of “intentionality” and the binomial “true x false” - always present in the analyzes undertaken on this phenomenon -, to undertake an analytical gesture that reads such statements as an enunciative function and as material practices in society that establish and sustain relations of forces. The study observed how the “referential” - especially, in relation to other elements of the enunciative function - is an important analytical tool for the reading gesture of *fake news*, when considering how the enunciates construct the objects of which they speak, from laws and regimes of declarability of a historical moment. The analyzed enunciates build their own referential - detached from a support in reality -, which, initially, would make use of the journalistic discourse. However, when articulated in an associated field and (re) signified from a power rationality of its own, they sustain a different subject position, such as a judge and critic, which condemns certain existences, appearing as resistance in this discursive battle, and, thus, concrete, historical and political.

KEYWORDS: Discourse. *Fake news*. Power. LGBTQIA+.

1 "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"/"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".

2 Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Araraquara). Professor Adjunto da Faculdade de Educação (curso de Jornalismo) e dos Programas de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) e em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: dorne.vinicius@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0629-0443>.

3 Doutor em Linguística pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Professor da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Nacional de Entre Ríos e Investigador Adjunto do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) na área de semiótica, análise do discurso e retórica. E-mail: onairamdagatti@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5560-7489>.

1 Desinformação, *fake news* e proposta analítica

Como (re)pensar o fenômeno das *fake news* a partir de uma visada pelos Estudos Discursivos Foucaultianos? Esses enunciados que circulam em materialidades tão diversas carregam em si aquilo que Foucault (2009) chama de uma “vontade de verdade”. Para além de não apresentarem qualquer similitude com as coisas do mundo, referência concreta com a realidade, coerência lógica ou correspondência com o factual, na sociedade, elas buscam funcionar como um enunciado verdadeiro. Elas almejam enunciar uma “verdade”, de modo a atuar no jogo pelo poder discursivo, e, em dados momentos, multiplicando a quantidade de informações a serem processadas pelos sujeitos, desviando o foco de atenção de temas debatidos e que ganham repercussão (UNESCO, 2019).

A própria nomeação “*fake news*”, ou “notícias falsas”, em si é tema de discussão e reflexão; afinal, como pensar o binômio, em princípio contraditório, “notícias” e “falsas”? Conforme o manual da Unesco (2019), a expressão pode ser compreendida como um oxímoro, que almeja minar a credibilidade da informação à serviço do interesse público e da verificabilidade: “Isso ocorre porque “notícias” significam informações verificáveis de interesse público, e as informações que não atendem a esses padrões não merecem o rótulo de notícias” (UNESCO, 2019, p.07).

Cruz et al (2021, p.504) realizaram um empreendimento de investigar em diversas áreas do conhecimento as definições, classificações, reflexões sobre as *fake news* e as *deepfakes*. O estudo de revisão de literatura de caráter interdisciplinar reflete que no meio científico ainda não é unânime o entendimento do que se entenderia por *fake news*, uma vez que “(...) não existe um conceito formalmente definido e considerado um consenso” (idem).

Por exemplo, para Wardle e Derakhshan (2017), o termo não é suficiente para tratar dos processos variados e diversos da produção, circulação e consumo das informações; os pesquisadores consideram que:

Primeiro, é lamentavelmente inadequada para descrever os complexos fenômenos da poluição da informação. O termo também começou a ser apropriado por políticos de todo o mundo para descrever organizações de notícias cuja cobertura eles acham desagradável. Desta forma, está se tornando um mecanismo pelo qual os poderosos podem reprimir, restringir, minar e contornar a liberdade de imprensa⁴ (WARDLE e DERAKHSHAN 2017, p. 05).

Wardle e Derakhshan (2017) adotam três categorias para discutir sobre tal problemática da informação: *misinformation*, *disinformation* e *mal-information*. *Mis-information* daria conta do compartilhamento de informações falsas, enganosas, incorretas, mas sem o intuito de prejudicar; o sujeito compartilha, acreditando ser verdadeira, sem que haja o intuito de causar mal a outrem. Cruz et al. (2021) citam como exemplos os casos de traduções mal realizadas, sátiras levadas a sério, erros em dados e datas.

Des-information (desinformação), ao contrário, diz respeito ao compartilhamento consciente pelos sujeitos de informações falsas, com o objetivo de causar danos. De acordo com o Manual da Unesco (2019, p. 07), a desinformação se caracteriza por tentativas

⁴ “First, it is woefully inadequate to describe the complex phenomena of information pollution. The term has also begun to be appropriated by politicians around the world to describe news organizations whose coverage they find disagreeable. In this way, it’s becoming a mechanism by which the powerful can clamp down upon, restrict, undermine and circumvent the free press.”

deliberadamente e frequentemente orquestradas de transmitir informações desonestas com o objetivo de confundir ou manipular os sujeitos: “Isso geralmente é combinado com estratégias de comunicação paralelas e cruzadas e um conjunto de outras táticas, como hackear ou comprometer pessoas”.

E, por fim, *mal-information* caracterizaria a prática de compartilhamento de informações genuínas que buscam causar danos, dando visibilidade na esfera pública a informações que deveriam permanecer privadas.

Pode-se destacar vazamentos de informações ou mesmo discursos de ódio, que consistem em postagens realizadas nas mais diversas mídias, sejam impressas ou online, que possuem caráter polêmico, mobilizando um enorme número de indivíduos que passam a discutir e a expor seus diferentes pontos de vista que, por vezes, emanam o ódio relacionado à discordância de pensamentos e ideologias (CRUZ et al, 2021, p. 505).

O estudo realizado por Cruz et al. (2021) cita a pesquisa desenvolvida por Recuero e Gruzd (2019), para quem, as *fake news* podem ser compreendidas a partir de três características. A primeira se refere a forma (apresentação, roupagem) dos elementos que constroem a narrativa similares às jornalísticas; a segunda diz respeito ao caráter parcial ou totalmente falso da narrativa; e, por fim, na divulgação das informações falsas, é preciso haver a intenção de enganar ou construir percepções equivocadas em outros sujeitos.

Frente ao exposto, observamos que, entre outras características, as *fake news*, em um cenário de desinformação, vão ser compreendidas como a disseminação de informação não verídicas, sem qualquer respaldo factual, e que têm, em sua origem, a finalidade de iludir, enganar os sujeitos. Ou seja, a “intenção” dos sujeitos está na base de sua delimitação. No entanto, como olhar para esse fenômeno, discursivamente? De pronto, já se parte do pressuposto que a “intenção” não pode ser a ferramenta chave para operacionalizar uma análise.

Foucault (2008a, p.30) propõe, em seu método arqueológico, afastar da análise “(...) a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas”. O filósofo reflete sobre a importância de direcionar o olhar para as relações entre os enunciados, “[...] mesmo que escapem à consciência do autor; mesmo que se trate de enunciados que não têm o mesmo autor; mesmo que os autores não se conheçam” (idem, p.31). Almeja-se observar os enunciados em sua relação com a história, com as condições de possibilidade históricas que permitiram sua existência, sua circulação; nas palavras do filósofo, “[...] segundo a dispersão de uma exterioridade” (idem, p.141).

Nessa esteira, Deleuze (2020, p.13) reflete como, nas relações entre discurso e poder, não se deve remeter “(...) à forma homem, mesmo se a pressupõe”, devendo-se orientar para como o poder é exercido em um “campo social”, em um “campo coletivo”, em um jogo de relações de forças. Portanto, para este estudo, propomos trabalhar com as *fake news* a partir da compreensão de que, nos jogos discursivos, há racionalidades (FOUCAULT, 2013, p.276) que possibilitam seu funcionamento na sociedade, e de que, para além de numa perspectiva conteudista de estabelecer se o enunciado carrega algo de factual e verdadeiro, questionar sobre as relações de poder que esses enunciados colocam em jogo: “O que devemos fazer é analisar racionalidades específicas mais do que evocar constantemente o progresso da racionalização em geral”. No mesmo sentido, e retomando as premissas de Foucault, Angenot (2015, p.92) trata da “obsolescência do convincente e do racional”:

Nessa problemática do “racional” - ou se preferirem do “razoável” - atribuímos a isso um sentido relativo, historicista: o termo relaciona-se ao conjunto de esquemas persuasivos que foram aceitos neste ou naquele ‘meio’, nesta ou naquela ‘fraternidade’ política como sagazes e convincentes, ao mesmo tempo em que são considerados frágeis, sofisticos, ‘aberrantes’, como dizemos atualmente, em outras culturas, em outros meios ou em outros períodos (ANGENOT, 2015, p. 91-92).

Se se parte do pressuposto de que todo enunciado está imerso em um campo associado, que o liga a um passado, a uma atualidade e a um devir, importa olhar para os enunciados de *fake news* em sua relação com outros enunciados, em um batimento histórico, dentro de uma arqueogenealogia que não o tome como elemento isolado, mas interrogando por suas condições de possibilidade (antes de qual a intenção do sujeito produtor, seus objetivos e desejos). Afinal, todo sujeito está inscrito em relações de saber-poder em dado momento histórico, sendo “sempre” sujeito inscrito discursivamente na história, construído pelos discursos, ou seja, sujeito historicamente erigido.

Neste artigo, então, nos propomos a analisar algumas *fake news* que circularam no ambiente digital no início de 2023 a respeito dos sujeitos LGBTQIA+. Constituímos nosso arquivo analítico a partir dos enunciados que, no curso deste ano (de 01 de janeiro de 2023 a 20 de março de 2023), foram analisados pela Agência Lupa como materiais “falsos”⁵ propagados nas redes sociais digitais. De acordo com informações do próprio site:

Fundada em 2015, a Lupa iniciou sua trajetória como uma agência de notícias especializada em *fact-checking* e expandiu suas atividades para o ensino de técnicas de checagem e para a sensibilização sobre desinformação e seus riscos. (...) A agência foi reconhecida como uma das organizações brasileiras que seguem os preceitos de transparência jornalística e de acessibilidade ao conteúdo pregados pela coalizão mundial, que conta com mais de 200 iniciativas de mídia. (...) A Lupa integra a *International Fact-Checking Network* (IFCN), rede mundial de checadores reunidos em torno do *Poynter Institute*, nos Estados Unidos, e segue à risca o código de conduta e princípios éticos do grupo (LUPA, 2023, s/p)

Para tanto, nos mecanismos de buscas do site, utilizamos distintas palavras-chaves: LGBTQIAP+, LGBTQIA+, LGBTI+, LGBT+, lésbica(s), gay(s), Transexual(ais), Transgênero(s), Travesti(s), Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual. A partir desses parâmetros, chegamos a cinco enunciados, apresentados abaixo com uma breve descrição e um print do enunciado conforme divulgado no site da Agência Lupa⁶:

⁵ Na metodologia de trabalho da Agência, há o trabalho com etiquetas de classificação: “Em seu trabalho de *fact-checking*, a Lupa adota o sistema de etiquetas de classificação para aplicar às frases que analisa de acordo com sua metodologia. Essas etiquetas buscam identificar de forma clara e objetiva o grau de veracidade das declarações e das informações que circulam em redes sociais verificadas pela Lupa. Atualmente, são nove as etiquetas usadas pela Lupa. Nas publicações feitas no site, elas aparecem logo abaixo das frases analisadas, como um carimbo.” (LUPA, 2015, s/p.). A etiqueta “Falso” é utilizada quando a agência identifica que a “A informação está comprovadamente incorreta” (idem, s/p).

⁶ Como exposto na nota de rodapé anterior, ressaltamos que, nas capturas das imagens dos enunciados considerados como *fake news*, há uma grande tarja amarela com os dizeres, em caixa alta, “FALSO”, como recurso empregado pela própria Agência Lupa. Trata-se de uma estratégia para demarcar o conteúdo “falso” do material, de modo, entre outras coisas, a evitar que continue (re)circulando como se fosse verdadeiro.

1) Suposta Matéria do G1, com o título: “Vaga de estacionamento prioritárias LGBT serão obrigatórias até 2024”⁷.



2) Suposta captura de tela de um Pix, no valor de R\$ 18 mil, feito pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes para a modelo trans Fabíola Voguel, acompanhada do texto: “Dá o c* pra um travesti e pagar muito caro pode... agora reajuste de salário do povo NÃO pode”⁸.



3) Suposta entrevista do atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), em que anuncia o retorno do suposto projeto “Bolsa Travesti”, no valor de R\$ 1,8 mil; o texto em vídeo: “BOLSA TRAVESTIS. PROJETO BOLSA TRAVESTIS VOLTA NO VALOR DE 1.800,00 REAIS. URGENTE 24/01/2023”⁹.

⁷ Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/02/13/e-montagem-noticia-do-g1-sobre-vagas-de-estacionamento-prioritarias-para-pessoas-lgbt>>. Acesso em 20 mar. 2023.

⁸ Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/02/13/e-falso-que-o-ministro-alexandre-de-moraes-fez-pix-de-r-18-mil-para-travesti>>. Acesso em 20 mar. 2023.

⁹ Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/01/25/haddad-bolsa-travestis>>. Acesso em 20 mar. 2023.



4) Suposta matéria do Portal G1, com o título: “Projeto de lei 2588/2023 para que exército crie uma unidade especial de batalhão logístico LGBT+”¹⁰.



5) Suposta matéria do Portal G1, com o título: “ZÉ GATINHA”, governador da Bahia apresenta mascote Trans para incentivar vacinação do público LGBTQIAP+”¹¹.



Ressaltamos que, para este artigo, o número de enunciados se trata de um recorte, de uma delimitação analítica, a partir de alguns critérios estabelecidos, de modo a analisar um universo específico. Sobremaneira, reforçamos que nas redes sociais digitais, somente nesses primeiros meses de 2023, circularam enunciados mentirosos alhures sobre os sujeitos LGBTQIA+, construindo e destruindo corpos, subjetividades, existências possíveis. Em

¹⁰ Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/02/13/projeto-2588-2023-exercito-lgbt>>. Acesso em 20 mar. 2023.

¹¹ Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/03/09/governo-da-bahia-nao-criou-mascote-trans-para-campanha-de-vacinacao-do-estado>>. Acesso em 20 mar. 2023.

consequente, como mencionamos no início deste trabalho, não há como pensarmos os enunciados, em seu funcionamento discursivo, sem considerá-los como uma materialidade histórica do discurso enunciada a partir de determinadas condições de possibilidades, trajeto analítico que percorremos a seguir.

2 Caminhos analíticos

O que permite que esses enunciados pudessem existir e circular nesse princípio de 2023? E, como próprio de um estudo arqueogenealógico, por que esses enunciados sobre os sujeitos LGBTQIA+ e não outros em seu lugar? Afinal, como reflete Foucault (2008a, p.31), em uma análise do campo discursivo, faz-se importante refletir sobre as condições de existência dos enunciados, “(...) compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui”.

Entre tantas possibilidades de enunciação, colocamos esses enunciados em suspenso, de modo a interrogá-los por que não poderiam ser outro, e, nesse jogo, como excluem qualquer outro (FOUCAULT, 2008a). Em janeiro deste ano, o Brasil presenciou, novamente, uma grande mudança presidencial. Depois de 4 anos da gestão de Jair Bolsonaro, Luiz Inácio Lula da Silva, após 2 mandatos, reassume o poder, realizando mudanças em quadros e ministérios do governo federal. O então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do governo Bolsonaro, desdobra-se em Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério das Mulheres, Ministério de Promoção da Igualdade Racial. Não obstante, o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania criou o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras, o CNLGBTQIA+¹².

Compreende-se que há, nesse íterim, jogos de poder estabelecidos sobre como os sujeitos e os corpos (não) podem e (não) devem ser governados pelo Estado. Numa lógica que interpela: Quem merece ser governado pelo Estado? Os enunciados - em sua existência - demarcam uma divisão política presente e observável no Brasil, de tal maneira que o governo anterior defenderia os ideais da “família” (neste caso, cristã, conversadora e tradicional), da moral e dos bons costumes, contra a política e a “ideologia de gênero” (referencial atualizado ao longo de diversas enunciações do à época presidente Bolsonaro e de seus simpatizantes e apoiadores); sendo o atual governo (presidente Lula) a favor de políticas e temas que deveriam, não obstante, serem rechaçados. É nesse embate que esses enunciados analisados atualizam uma conjunção entre o Estado e políticas voltadas à comunidade LGBTQIA+, por meio de relações como: “bolsa travesti”, projeto de lei que cria uma “unidade especial de batalhão logístico LGBT+” no exército, “mascote trans para incentivar vacinação do público LGBTQIAP+”, “vaga de estacionamento prioritárias LGBT”.

E como próprio das relações de poder, estabelecem um “(...) sistema das diferenciações que permitem agir sobre a ação dos outros” (FOUCAULT, 2013, p.246). Ou seja, o fazem circular como ações a serem condenadas, negadas, combatidas pela sociedade; a constituição de políticas (ainda) inexistentes nas esferas do governo, construídas no interior desses enunciados, demarcariam o conflito entre “nós” (direita, cristãos, bons, moralistas, éticos...) e “eles” (esquerda, maus, detratores da moral e dos bons costumes ...). Como reflete Foucault (idem), as relações de poder constroem a todo tempo diferenças, de bens e riquezas, linguísticas

¹² Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/07/governo-cria-conselho-nacional-dos-direitos-lgbtqia.ghtml>>. Acesso em 10 abr. 2023.

ou culturais, de habilidade e de competências; são diferenciações que, ao mesmo tempo, são seus efeitos e condições. Destarte, para além de não haver referência real com um fato/acometimento da realidade, sua própria construção sinaliza o combate, o que combater, o que não aceitar, e como ver todos aqueles que defendem políticas públicas voltadas a esses sujeitos. Há uma “verdade” que busca, no seu funcionamento, estabelecer uma impossibilidade, um “jamais” a ser aceito pela sociedade.

E, não obstante, refletimos sobre como essas disputas se dão em um terreno histórico de longa duração permeado de conflitos, que, em si, (re)ativam, (re)arranjam um conjunto de saberes de diversos campos, da educação, da medicina, da política, da religião. Os enunciados em análise são construídos e circulam em um momento histórico em que a cisheteronormatividade (ainda) se impõe como uma realidade social sobre os corpos. Pelas materialidades, observamos como há um jogo discursivo que busca inferiorizar, ridicularizar, excluir determinados corpos, sujeitos, existências. Apropriando-nos do pensamento foucaultiano: “(...) que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (FOUCAULT, 2008a, p. 31). Não seria aprovável, aceitável que o governo criasse um auxílio para os sujeitos transexuais, não seria permitido que o mascote símbolo da vacinação no país tivesse uma existência trans, muito menos que houvesse a presença desses sujeitos no exército ou, mesmo, uma unidade de batalhão logístico.

Numa perspectiva arqueogenealógica, são essas condições históricas - que, por suposto, não se ligam somente à história do Brasil atual, mas que se ampliam em uma cultura mundial (de)marcada pela misoginia, pela homofobia, pela transfobia, pela violência de gênero, pois são “numerosas e importantes” (FOUCAULT, 2008a, p.50) - que possibilitam, fornecem as condições para esse “referencial” do discurso, para que esses dizeres possam se constituir e circular, para que se ligue a um domínio discursivo com outros referenciais, objetos do discurso, estabelecendo relações de diferença, de vizinhança, de semelhança, de transformação.

Se tomarmos esses enunciados no exercício de sua função enunciativa, acreditamos que o “referencial” - tão intimamente ligado às condições de possibilidade, da qual refletimos acima -, é uma importante ferramenta para pensar a existência das “*fake news*” em dado momento histórico. Afinal, como se compreende, o referencial não diz respeito aos “fatos”, nem às “coisas”, muito menos “realidades” ou “seres”, mas às “(...) leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (FOUCAULT, 2008a, p.103).

No referencial, se dá a diferenciação dos objetos, dos indivíduos, das relações construídas no interior do próprio enunciado; é o referencial, então, que “dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade.” (FOUCAULT, 2008a, p. 103)”. Pelo referencial, podemos observar como o “traveco do Xandão” construirá em seu interior um campo de (im)possibilidades para a existência do sujeito travesti. O texto que acompanha a suposta imagem do PIX feito pelo ministro do STF Alexandre de Moraes - “Dá o c* pra um travesti e pagar muito caro pode...agora reajuste de salário do povo NÃO pode” - estabelece inclusive as (únicas) relações possíveis com esse sujeito: a sexual. A afirmação que fazer sexo anal “pode” funciona pela sua própria oposição: isso não pode, isso é condenável, especialmente na leitura junto à imagem, em que aparece uma “figurinha” (como aquelas utilizadas em aplicativos de trocas de mensagens instantâneas no celular) do apresentador de televisão Sikêra Jr¹³ com uma feição de desprezo, com os dizeres “Cabra Safado”.

¹³ Apresentador brasileiro de programas policiais na televisão que já fez uma sátira musical homofóbica e transfóbica em programa na RedeTV!, e que já associou a homossexualidade à pedofilia no programa “Alerta Amazonas”.

Os referenciais, então, criam as regras de existência para os sujeitos da comunidade LGBTQIA+, ao nomeá-los, descrevê-los, designá-los de uma dada forma e não de outra, a partir de uma dada “posição sujeito”. Por meio do enunciado “1” - “Vaga de estacionamento prioritárias LGBT serão obrigatórias até 2024” -, constitui esses sujeitos como aqueles que gostariam de gozar de “privilégios” tais como as pessoas com deficiência e os idosos; que, na então política do presente que dá visibilidade e aprovação a eles, estariam então crescendo sobre os demais sujeitos da sociedade, por que, não, exercendo mais poder sobre o corpo social.

E, justamente por meio desse funcionamento, circula como uma “verdade” a ser combatida, como se a sociedade não pudesse permitir e aceitar a existência desses “privilégios”. Tal regularidade se faz presente nos enunciados “3” - “Bolsa Travesti”, no valor de R\$ 1,8 mil” -, “4” - “Projeto de lei 2588/2023 para que exército crie uma unidade especial de batalhão logístico LGBT+” -, “5” - ZÉ GATINHA”, governador da Bahia apresenta mascote Trans para incentivar vacinação do público LGBTQIAP+”. Na materialidade desses corpos, na existência dos sujeitos da comunidade LGBTQIA+ que se espalham pelo exército, nos símbolos do governo, nos focos de atenção das políticas de estado, há uma presença denunciada, insuportável em sua visibilidade, que precisa ser diferenciada, afastada, criticada. Observamos nesse funcionamento um dado “objetivo” a ser perseguido por quem busca agir sobre a ação dos outros, outro elemento característico das relações de poder (FOUCAULT, 2013). Ao expor supostas vantagens, benefícios do governo aos sujeitos LGBTQIA+, notamos então essa disputa de quem almeja manter seus privilégios: afinal, quem são esses, sempre alijados, os “não-nós” que agora reclamam direitos e privilégios?

Como aponta Angenot (2010, p. 42), um dos componentes fundamentais da hegemonia discursiva¹⁴ é “(...) um enunciador legítimo, que se arroga o direito de falar sobre a 'alteridade'”¹⁵. Trata-se de uma “norma pragmática” que “(...) se apresenta tanto como um discurso universal, de *omni re scibili*, quanto como uma alocução distintiva, identitária, seletiva, que produz os meios de discriminação e distinção, de legitimidade e ilegitimidade”¹⁶ (ANGENOT, 2010, p. 42). Para Angenot, o poder do discurso de organizar o dizível e o pensável de uma época - e até mesmo o imaginável, poderíamos acrescentar - é desempenhado em seu poder de engendrar “(...) aquele *Eu* e aquele *Nós* que reivindicam o 'direito de cidadania', desenvolvendo *ipso facto* um vasto empreendimento 'xenófobo' (classista, sexista, chauvinista, racista) em torno da confirmação permanente de um sujeito-norma que julga, classifica e assume seus direitos”¹⁷ (ANGENOT, 2010, p. 42).

E isso se dá a partir da “posição sujeito”, outro elemento central para analisarmos os enunciados tomados como “*fake news*”. Todo enunciado, para existir, necessita de uma instância produtora, de um “autor”; no entanto, em uma análise discursiva, não importa o indivíduo

14 Angenot define hegemonia discursiva como “(...) regras gerais do que pode ser dito e do que pode ser escrito, uma atualidade, uma gnoseologia, que determina, como um todo, a aceitabilidade discursiva de uma época” [“*reglas generales de lo decible y de lo escribible, una tónica, una gnoseología, que determina, en conjunto, lo aceptable discursivo de una época*”] (ANGENOT, 2010, p. 29). “Além da diversidade das línguas, da variedade das práticas de significação, dos estilos e das opiniões, o pesquisador pode identificar as dominâncias interdiscursivas, os modos de conhecer e de significar o que é conhecido que são específicos de uma sociedade e que regulam e transcendem a divisão dos discursos sociais” [“*Más allá de la diversidad de los lenguajes, de la variedad de las prácticas significantes, de los estilos y de las opiniones, el investigador puede identificar las dominancias interdiscursivas, las maneras de conocer y de significar lo conocido que son lo propio de una sociedad, y que regulan y trascienden la división de los discursos sociales*”] (ANGENOT, 2010, p. 28).

15 “(...) un enunciador legítimo, quien se arroga el derecho de hablar sobre 'alteridades'”.

16 “(...) se presenta a la vez como discurso universal, de *omni re scibili*, y como alocución distintiva, identitaria, selectiva, que produce los medios de discriminación y de distinción, de legitimidad y de ilegitimidad”.

17 “(...) ese *Yo* y ese *Nosotros* que se atribuyen el 'derecho de ciudadanía', desarrollando *ipso facto* una vasta empresa 'xenófoba' (classista, sexista, chauvinista, racista) alrededor de la confirmación permanente de un sujeto-norma que juzga, clasifica y asume sus derechos”.

biológico, identificável, pessoal, que proferiu as palavras; tampouco, suas intenções, seus objetivos, o que passava por sua cabeça quando proferiu um dado enunciado. Em particular, chamamos à atenção para a problemática pontuada por Foucault (2008a, p.105) a respeito dos textos anônimos - e, no nosso caso analisado, em alguns momentos, atribuídos a terceiros que não existem:

[...] sabemos todas as dificuldades que esses desdobramentos suscitam para os defensores da análise interpretativa quando querem relacionar, de uma só vez, todas essas formulações ao autor do texto, ao que ele queria dizer, ao que pensava, enfim, ao grande discurso mudo, inaparente e uniforme sobre o qual se apóia toda essa pirâmide de níveis diferentes.

Justamente nesse ponto que a noção de “posição sujeito” se mostra produtiva para nossa análise: afinal, interrogamos como o enunciado decorre de uma enunciação que é histórica e social, delimitada pela “posição sujeito”, que não é equivalente ao “autor da formulação”, “nem substancialmente, nem funcionalmente” (idem). Os sujeitos de/da linguagem estão inscritos na história, e enunciam a partir de lugares e posições historicamente construídos, possibilitados, legitimados. Logo, essa posição é uma “função vazia”, que pode vir a ser ocupada por todo e qualquer sujeito, e que o “(...) mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 2008a, p. 105).

Assim, asseveramos que as materialidades analisadas são enunciadas em dada posição-sujeito construída a partir de relações de saber-poder históricas e, que, portanto, podem (poderiam) ser ocupados por indistintos sujeitos, capazes de reclamar para si esses dizeres. Em quatro dos enunciados analisados – “1”, “3”, “4”, “5” -, a materialidade se constitui como se própria de “gêneros jornalísticos”: em três deles (“1”, “4”, e “5), como notícias jornalísticas; em outro (“3”), como um vídeo de uma entrevista jornalística acompanhado de textos em destaque (título, sub-título). O enunciado “2” circula como uma “prova”, uma evidência, como uma suposta comprovação de uma transferência bancária (PIX) de uma atividade a ser condenada: a matéria-prima para uma possível notícia.

Como próprio do discurso jornalístico, há uma construção textual em terceira pessoa, que busca funcionar como um discurso impessoal, objetivo, imparcial. Decorre daí sua circulação social como um dizer “verdadeiro”, com credibilidade e legitimidade para tanto. No entanto, como próprio de uma análise arqueogenealógica, nenhum enunciado pode ser analisado isolado - de outros enunciados e de sua presença em um dado momento histórico (que não se trata do “contexto” verbal ou real). Em um trabalho analítico, é preciso relacionar o enunciado a todo um “campo adjacente”, a um “espaço colateral”. Ou seja, não há como analisarmos a “posição sujeito” sem relacioná-la ao campo associado desses enunciados, dentro dos quais eles se constituem como elementos, pois é neste espaço em que eles têm um lugar e um status, que lhes possibilita relações com o passado, com o domínio da atualidade, com futuro eventual (FOUCAULT, 2008a).

Portanto, é preciso demarcar a presença desses enunciados frente a tantos outros, justamente para compreender como eles estão em relações de forças; no caso em análise, como eles se inserem em disputas em torno das formas de vida, das possibilidades de existência, das políticas identitárias e de gênero. Se realizarmos uma busca de outros dizeres (notícias, legislações, matérias jornalísticas, etc.), será possível, então, observar (não somente os aqui apresentados) alguns pontos: 1) há um terreno de dizeres, no percurso da história, sobre os sujeitos LGBTQIA+, em distintas áreas do saber; 2) a não presença de outros enunciados em sites e portais noticiosos de matérias jornalísticas que se refiram aos mesmos acontecimentos,

fatos narrados; 3) profusão de dizeres colaterais aos enunciados, no mesmo momento histórico: aos quais eles se referem, silenciam, comentam etc.; 4) outros tantos enunciados que surgiram - como os da própria Agência Lupa - em decorrência das suas existências.

Quando realizamos esse exercício – de observar os enunciados como não livres, não neutros, não independentes, mas como sendo parte de uma série, de um conjunto -, a análise da “posição sujeito” dos enunciados que constitui o corpus pode ser compreendida para além de a de um narrador jornalístico desinteressado, observador, objetivo. Ainda que em sua materialidade, esses enunciados carreguem traços dos gêneros jornalísticos - e que consideremos que o *status material*, a existência material é constitutiva dos enunciados -, o funcionamento histórico e social é que irá deslocá-los desse campo jornalístico e inseri-los em outro lugar: na contemporaneidade, naquilo que se denomina como enunciado de “*fake news*”, e que possibilitará observar a posição sujeito transfóbica, homofóbica, misógina, que critica, que condena determinadas práticas e existências sociais. É, então, nesse jogo enunciativo, em que esses enunciados têm sua participação, que devemos observá-los arqueologicamente, o que buscamos realizar neste artigo.

3 Algumas Considerações

Neste trabalho, almejamos compreender como enunciados considerados como “*fake news*” sobre a comunidade LGBTQIA+, e colocados em circulação no início de 2023, podem ser analisados numa perspectiva foucaultiana de análise dos discursos. Buscamos, sobremaneira, gestos de olhar para essa materialidade a partir de ferramentas-noções que, em nosso empreendimento, mostraram-se produtivas, tais como relações de poder e função enunciativa. Instâncias discursivas que nos possibilitaram um trabalho analítico que não demandasse a interpretação pelas vias do contexto, da intenção dos sujeitos, da lógica.

Nossa análise reflete que os enunciados como “traveco”, “bolsa travesti”, “Zé Gatinha”, “batalhão logístico LGBT+”, “Vaga de estacionamento prioritárias LGBT” vão se constituindo em dizeres historicamente transfóbicos, homofóbicos, misóginos, que se valem de uma suposta materialidade própria do jornalismo para circular socialmente como dizeres legítimos, capazes de recircular em larga escala (por meio de compartilhamento em perfis em redes sociais digitais, páginas na internet, em conversas de aplicativos de trocas de mensagens instantâneas etc.). Exercem estrategicamente um poder concreto no mundo nesses terrenos de intensas disputas e relações de forças.

Observamos como funcionam como “modalidades instrumentais” (FOUCAULT, 2013) próprias das relações de poder, que se exerce, neste caso, pelos efeitos das palavras, por mecanismos complexos ao circular como um gênero discursivo reconhecido socialmente, mesmo, em sua gênese, não sendo notícia ou prova jornalística. Estratégia de (re)circulação dos enunciados, de modo instantâneo, pouco questionado pelos sujeitos, e que produz efeitos no corpo social. Como reflete o documento da UNESCO (2019, p.10), um dos riscos desse cenário de desinformação e informação incorreta é o público acreditar “(...) em qualquer conteúdo aprovado pelas redes sociais e que se assemelhe aos seus sentimentos – mas deixem de lado o envolvimento racional.”

Esses enunciados, não obstante, respondem a uma “vontade de verdade” do nosso momento histórico, independentemente de não terem qualquer relação concreta com fato ou acontecimento do mundo, a de que determinadas existências precisam ser atacadas, combatidas, ridicularizadas, rechaçadas. É na justa medida desses enunciados terem uma existência que outra “vontade de verdade” se erige e se (re)afirma, nesse jogo de forças: há (haverá) tantas existências e corpos possíveis, enquanto a resistência for possível num campo de

ação. No interior, mesmo, desses enunciados de *fake news*, há uma voz (plural, múltipla, heterogênea, resistente) que ecoa: “Existimos!”.

Referências

- ANGENOT, Marc. **El discurso social**. Los límites históricos de lo decible y lo pensable. Trad. Hilda García. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.
- ANGENOT, Marc. A noção de arsenal argumentativo. 2011. In: ANGENOT, Marc. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**. Consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. Trad. Juliane de Araújo Gonzaga e Luzmara Curcino. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2015.
- CRUZ, Ederval Pablo Ferreira da, et al. *Fake news*: uma revisão compreensiva e interdisciplinar. In: **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**, 2021, vol. 14, no 3, p. 502-520. Disponível em: <<https://brajets.com/v3/index.php/brajets/article/view/790>>. Acesso em 15 out. 2022.
- DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**: o poder / Gilles Deleuze; traduzido por Mario Marino e Iracy Ferreira dos Santos Junior . – São Paulo : n-1 edições e editora filosófica politeia, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 26. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. 1982. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- LUPA. **Entenda as etiquetas da Lupa**. 2015. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/institucional/2015/10/15/entenda-nossas-etiquetas>>. Acesso em 20 mar. 2023.
- _____. **Institucional**: Quem somos. 2023. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/institucional>>. Acesso em 20 mar. 2023.
- RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de *Fake news* Políticas: um estudo de caso no Twitter. In: **Galáxia (São Paulo)**, 2019, p. 31-47. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/gal/a/Kvxg4btPzLYdxXk77rGrmJS/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 15 out. 2022.
- UNESCO. **Jornalismo, Fake news & Desinformação**: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo. UNESCO, 2019. 130 p. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>>. Acesso em 13 set. 2022.
- WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Council of Europe. Estrasburgo, França. 27 out 2017. Disponível em <<https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>>. Acesso em 10 jul. 2022.

Recebido em: 04/06/23

Aceito em: 02/09/23